

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CONTEXTO SOCIAL: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação inclusiva e contexto social [recurso eletrônico] : questões contemporâneas / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Educação Inclusiva e Contexto Social. Questões Contemporâneas; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-431-3 DOI 10.22533/at.ed.313192506 1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação inclusiva. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.81
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO VOL. 1

O livro “Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas” foi dividido nos Volumes 1 e 2, totalizando 56 artigos de pesquisadores de diversas instituições de ensino superior do Brasil. O objetivo de organizar esta coleção foi o de divulgar relatos e pesquisas que apresentassem e discutissem caminhos para uma educação inclusiva permeando contextos sociais distintos.

Neste Volume 1 “A educação inclusiva e os contextos escolares”, foram reunidos 26 artigos que apresentam discussões partindo da formação de professores à aplicação de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, não somente da inclusão dos sujeitos com algum grau de deficiência física ou mental, mas também, a partir da inclusão, por exemplo, por meio da pedagogia hospitalar, do jovem e adulto e dos “superdotados”.

No Volume 2, os artigos foram agrupados em torno de três temáticas principais. São elas: “Deficiência intelectual e inclusão educacional”, “Cegos, surdos e vivências no ambiente escolar” e “Diversidade da educação inclusiva”. Esta coleção é um convite à leitura, pesquisa e a troca de experiências.

Entregamos ao leitor o Volume 1 do livro “Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas”, com a intenção de divulgar o conhecimento científico e cooperar com o diálogo acadêmico na direção de uma educação cada vez mais inclusiva.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTRIBUIÇÕES DA TECNOLOGIA ASSISTIVA	
Paulo Roberto Silva Sheila Venancia da Silva Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.3131925061	
CAPÍTULO 2	11
A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO E A EDUCAÇÃO: ANÁLISE INSTITUCIONAL A PARTIR DA ARQUITETURA DE UMA ESCOLA PÚBLICA	
Paulo Emílio Gomes Nobre Adriano de Souza Alves	
DOI 10.22533/at.ed.3131925062	
CAPÍTULO 3	15
A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO AEE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ANDRADINA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
Izabel de Lourdes Gimenez Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3131925063	
CAPÍTULO 4	28
ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DA DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LDB	
Ângela Martins de Castro Daniel de Oliveira Perdigão Mariana Lima Vecchio	
DOI 10.22533/at.ed.3131925064	
CAPÍTULO 5	34
APROPRIAÇÃO DE CONCEITOS CIENTÍFICOS NO CONTEXTO ESCOLAR A PARTIR DE SITUAÇÕES PROBLEMA: UM ESTUDO DE CASO	
Janete Aparecida Guidi Viviane Gislaine Caetano Auada Elsa Midori Shimazaki Rozana Salvaterra Izidio	
DOI 10.22533/at.ed.3131925065	
CAPÍTULO 6	48
CAPACITAÇÕES DE PROFESSORES PARA ATUAÇÃO NO ENSINO DE CRIANÇAS ESPECIAIS NA REDE REGULAR DE ENSINO: SUBSÍDIOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Grazielle Carolina de Almeida Marcolin Luana Taik Cardozo Tavares Alan Rodrigues de Souza Kíssia Kene Salatiel Meiry Aparecida Oliveira Vieira Lucilene Cristiane Silva Fernandes Reis Érica Gonçalves Campos Débora Paula Ferreira Jéssica Aparecida Rodrigues Santos Rozangela Pinto da Rocha Camila Neiva de Moura	

DOI 10.22533/at.ed.3131925066

CAPÍTULO 7 54

CONHECIMENTO PRÉVIO COMO MATÉRIA PRIMA PARA O APRENDIZADO: TEORIA DE DAVID AUSUBEL SOB O OLHAR DE MARCO ANTÔNIO MOREIRA

[André Luiz Borges da Silva](#)

[Thaís Ayres da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.3131925067

CAPÍTULO 8 61

CONTRIBUIÇÕES DA TUTORIA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

[Aline Soares Guimarães](#)

[Angélica Marinna Cardoso Mota](#)

[Camila Alves Lima Gomes](#)

[Sinara Pollom Zardo](#)

DOI 10.22533/at.ed.3131925068

CAPÍTULO 9 76

CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE SAÚDE: PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO

[Caroline Thaís Both](#)

[Andressa da Silveira](#)

[Cristina Numer](#)

[Neila Santini de Souza](#)

DOI 10.22533/at.ed.3131925069

CAPÍTULO 10 88

DIFICULDADES DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ADOLESCENTES COM CÂNCER NA EDUCAÇÃO BÁSICA

[Cristina Bressaglia Lucon](#)

DOI 10.22533/at.ed.31319250610

CAPÍTULO 11 99

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NA AMAZÔNIA AMAPAENSE: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NO CONTEXTO DA ESCOLA DO CAMPO

[Taiana Furtado dos Anjos](#)

[Allan Rocha Damasceno](#)

[Pedro Clei Sanches Macedo](#)

DOI 10.22533/at.ed.31319250611

CAPÍTULO 12 111

EDUCAÇÃO INTEGRAL E AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO DOS SUJEITOS APRENDENTES

[Gleiciane Álice Oliveira de Carvalho](#)

[Andrezza Belota Lopes Machado](#)

DOI 10.22533/at.ed.31319250612

CAPÍTULO 13 124

JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA EM INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS: QUESTÕES DA VIDA ADULTA

[Thais da Silva Oliveira](#)

[Gabriela Brutti Lehnhart](#)

Sabrina Fernandes de Castro
DOI 10.22533/at.ed.31319250613

CAPÍTULO 14 136

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM GRUPO NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Solange Regina Alves André
DOI 10.22533/at.ed.31319250614

CAPÍTULO 15 146

O CONTEXTO DAS DIFERENÇAS: CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Cheila Dionísio de Mello
DOI 10.22533/at.ed.31319250615

CAPÍTULO 16 157

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NA ÓTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

Marcus Edson Carilo de Mello Vieira
Tâmara Gabriella de Souza Cardoso
Joslei Viana de Souza
DOI 10.22533/at.ed.31319250616

CAPÍTULO 17 164

O TRABALHO INTERDISCIPLINAR COMO POTENCIALIZADOR DE APRENDIZAGENS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Fabiana Neves Bertolin
Edí Marise Barni
DOI 10.22533/at.ed.31319250617

CAPÍTULO 18 175

OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR

Karolini Galimberti Pattuzzo Breciane
Isabel Matos Nunes
DOI 10.22533/at.ed.31319250618

CAPÍTULO 19 189

OS PARQUES INFANTIS: ANÁLISE LEXICAL DE TEXTOS SOBRE ESSES ESPAÇOS EDUCACIONAIS INCLUSIVOS

Aline de Novaes Conceição
DOI 10.22533/at.ed.31319250619

CAPÍTULO 20 199

PEDAGOGIA HOSPITALAR E INCLUSÃO: UM DIREITO À EDUCAÇÃO

Maria Elaine Gonçalves de Menezes Pinheiro
Maria Roseane Gonçalves de Menezes
Jocilene Maria da Conceição Silva
DOI 10.22533/at.ed.31319250620

CAPÍTULO 21 208

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SOBRE ATITUDES SOCIAIS PARA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ESTUDO INTRODUTÓRIO

Felipe Rodrigues Martins

Sandra Regina Barbosa
Edicléa Mascarenhas Fernandes
DOI 10.22533/at.ed.31319250621

CAPÍTULO 22 215

PISTOLA: UMA HISTÓRIA INTERDISCIPLINAR, CAMINHOS DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Giovana Toscani Gindri
Nathalia Neresi Pavanelo
Raquel Brondísia Panizzi Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.31319250622

CAPÍTULO 23 227

O PROEJA : POR UMA POLÍTICA PÚBLICA CONTÍNUA

Maria Luzenira Braz
Divina Elecir de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.31319250623

CAPÍTULO 24 237

PROTAGONISMO DO CORPO DISCENTE COMO PRÁTICA INOVADORA E INCLUSIVA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA FTESM

Bárbara de Britto Terra Nova Gonçalves
Viviane da Costa Bastos

DOI 10.22533/at.ed.31319250624

CAPÍTULO 25 249

TECNOLOGIA ASSISTIVA: COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA NO CONTO E RECONTO DE HISTÓRIA NA ESCOLA

Débora Deliberato
Fernanda Delai Lucas Adurens

DOI 10.22533/at.ed.31319250625

CAPÍTULO 26 260

MODOS DE SER AMOROSO DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO SURDO NA SUA RELAÇÃO COM UM OUVINTE: O CASO DA PELÍCULA JAPONESA “HIDAMARI GA KIKOERU” (2017)

DE DAISUKE KAMIJÔ

Rute Léia Augusta da Silva
Hiran Pinel
Vitor Gomes

DOI 10.22533/at.ed.31319250626

SOBRE O ORGANIZADOR..... 275

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO AEE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ANDRADINA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Izabel de Lourdes Gimenez Souza

Secretaria Municipal de Educação de
Andradina-S.M.E

izabel.gi.souza@gmail.com

Secretaria Municipal de
Educação de Andradina-S.M.E
marciafmpugliese@hotmail.com

RESUMOS: O artigo, representado pelo eixo “Formação de Professores em Educação Especial” apresenta o resultado parcial da experiência de inclusão escolar de alunos com deficiência (s), da Rede Municipal de Ensino da Cidade de Andradina-SP, que apesar dos desafios, vem dando certo. Tem como objetivo discutir saberes, pelo viés de relatos, que retratam a formação contínua dos professores do AEE (Atendimento Educacional especializado) e experiências vivenciadas nos espaços escolares e fora deles. A metodologia apresenta uma abordagem qualitativa, através da pesquisa bibliográfica e de campo, utilizando para a coleta de dados vários instrumentos; desde a pesquisa teórica, por meio de um arcabouço teórico renomado, à título de Mantoan, M. T (2003), ROPOLI, Edilene Aparecida (2010) e outros à intervenção em salas de Atendimento Educacional Especializado e em outros espaços escolares. Os resultados, incipientes, apontam para desafios a serem superados,

porém, para experiências de sucesso a partir de mudanças significativas. Faz-se necessário, oferecer por meio da formação contínua, novas práticas mediadas pela legislação e teorias sócio-educacionais inclusivas, e da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que garantam discussões, aqui trazidas.

PALAVRAS-CHAVE: Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), Formação de professores do AEE e Atendimento Educacional Especializado

THE FORMATION OF THE PROFESSOR OF THE AEE IN THE MUNICIPAL NET OF ANDRADINA EDUCATION: CHALLENGES AND POSSIBILITIES

ABSTRACT: The article, represented for the axle “Formation of Professors in Special Education” presents the partial result of the experience of pertaining to school inclusion of pupils with deficiency (s), of the Municipal Net of Education of the City of Andradina-SP, that although the challenges, come giving certain. It has as objective to argue to know, for the bias of stories, that portray the continuous formation of the professors of the AEE (specialized Educational Attendance) and experiences lived deeply in the pertaining to school spaces and are of them. The methodology presents a qualitative

boarding, through the bibliographical research and of field, using for the collection of data some instruments; since the theoretical research, by means of one arcabouço famous theoretician, for a reason or purpose Mantoan, M. T (2003), ROPOLI, Edilene Aparecida (2010) and others to the intervention in rooms of Specialized Educational Attendance and other pertaining to school spaces. The results, incipient, point challenges to be surpassed, however, with respect to experiences of success from significant changes. One becomes necessary, to offer by means of the continuous formation, new practical mediated by the legislation and inclusive partner-educational theories, and of National politics of the Special Education in the Perspective of the Inclusive Education (2008), that they guarantee quarrels, here brought

KEYWORD: National politics of the Special Education in the Perspective of the Inclusive Education (2008), Formation of professors of the AEE and Specialized Educational Attendance

1 | INTRODUÇÃO

A Educação acompanha a história da humanidade e vem passando a cada período por grandes mudanças que requerem um novo perfil de homem e de profissional. Entende-se que um professor quando bem formado, tanto a nível inicial ou contínuo, seja, cada vez mais, capaz de atender satisfatoriamente a demanda social contemporânea.

Um grande marco internacional ocorreu para a educação na década de 90: a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, aprovada na Conferência Mundial sobre Educação, em Jomtien – Tailândia. “[...] todas as pessoas, crianças, jovens e adultos devem se beneficiar de oportunidades na esfera da educação, tendo em vista satisfazer as suas necessidades básicas de aprendizagem” (DECLARAÇÃO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990).

Conforme, Souza (2007), a Declaração de Salamanca (1994), como um dos resultados da referida Conferência, enfatizou que era preciso repensar as Políticas Públicas de formação do professor para atender a todos os alunos, inclusive os com deficiência, declarados como alunos com necessidades educacionais especiais, tendo em vista combater atitudes discriminatórias, garantindo que todas as escolas comuns oferecessem o ingresso e a melhor qualidade de ensino para todos os alunos, independente e incondicionalmente, atendendo, mediante possibilidades únicas de aprendizagem (SOUZA,2007)

Analisando alguns percursos históricos referentes à formação de professores, no Brasil, é possível contar com as contribuições de Pimenta (2002), que explica que, as lutas e buscas pela inovação dos cursos de Formação Inicial e Continuada / Contínua de Professores começaram nos anos de 1960.

Perante marcos, acima, é possível compreender outro tempo marcado e delimitado para a Educação Inclusiva em especial para a Inclusão escolar, ou seja,

uma escola para “todos”. No Brasil, a Inclusão Escolar, vem sendo repensada à luz da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) que traz em seu bojo marcos legais e normativos e contempla um aporte teórico, elucidado pelos pensamentos e idéias de estudiosos que têm se debruçado sobre os temas que se possam sustentar as argumentações aqui trazidas, a título de Mantoan, Figueiredo, Manzini e outros.

Segundo a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP, 2007), a luta pela legalidade da Inclusão Escolar já se arrasta por mais de um século:

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, MEC/SEESP, 2007).

A Declaração dos Direitos Humanos, proclamada pelas Nações Unidas, em 1948, já declarava que a educação é um direito básico de todas as pessoas. De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu art. 3º, inciso IV, a educação deve ocorrer sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação. Os artigos 205, 206, inciso I e 208, inciso V, declaram que “igualdade de condições de acesso e permanência na escola de acordo com a capacidade de cada um”. O artigo 208, também enfatiza que “as pessoas com deficiência, devem preferencialmente estudar na rede regular de ensino”. Outro marco legal é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei Federal nº 1089/90) que, em seu Art. 54, inciso II, declara que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o AEE às pessoas com deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino e o Art. 58 da Lei nº 9394/96 alterada pela Lei nº 12.796/13, denota que se entende educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Outros documentos também merecem atenção especial: LDBEN, Lei nº 9394/96, alterada pela Lei nº 12.796/13, Parecer CNE/CEB nº 13/2009; DECRETO No – 7.611/11 e DECRETO 7612/11, Resolução CNE/CEB nº 4, de outubro de 2009, Lei nº 13005/2014, Todos tratam de questões pertinentes à inclusão escolar e ao AEE.

Para que sejam promovidas respostas às necessidades a contento, o é preciso garantir, inclusive, o AEE (Atendimento Educacional especializado), em especial, a formação de todos os professores para o mesmo Atendimento e demais profissionais e agentes da educação para a inclusão escolar.

2 | OBJETIVOS

Tendo como norte todo patamar acima, esta pesquisa apresenta como objetivos:

- Investigar, por meio da legislação e literatura disponível, quais os processos para formar o professor na modalidade de formação contínua para atender aos objetivos e princípios de uma Educação Inclusiva, no viés do Atendimento Educacional Especializado;
- Discutir e Partilhar saberes que permeiam práticas de formação contínua para os professores do AEE e experiências vivenciadas nas salas de aulas do Atendimento educacional Especializado, bem como fora dela em espaços educacionais, em especial na escola, para alunos com deficiência, tendo como base a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008);
- Contribuir para a reflexão a cerca de práticas de formação para os professores do Atendimento Educacional especializado (AEE) envolvendo deficiência intelectual-em vários estágios, inclusive alunos com autismo, Transtornos Globais de Desenvolvimento; visual (baixa visão), auditiva, física, múltiplas -hidrocefálicos e outros , procurando por meio da formação contínua em serviço ou não dos professores do AEE, promover processos inclusivos de maior qualidade.

Para que os objetivos acima sejam alcançados com eficácia, é necessário que a escola, enquanto instituição sócia e educativa esteja preparada para incluir, todos os alunos, indistintamente, não apenas lhes permitindo o acesso, a fim de aumentar as estatísticas de alunos incluídos, mas também reconhecendo as suas diferenças, limitações e necessidades, procurando se adequar eficiente e eficazmente a elas para melhor atendê-las.

Faz-se necessário e urgente que todos direta e indiretamente envolvidos sejam responsáveis pela educação biopsicossocial de todos os alunos , contribuindo com um trabalho intersetorial permeado pela multiprofissionalidade , para que todos os objetivos propostos neste estudo sejam plenamente alcançados.

Nas últimas décadas, as demandas sociais exigem um professor que saiba lidar com as diferenças, valorizar as mesmas e que trabalhe num contexto inclusivo.

Conforme a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), é necessário:

o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais (POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, MEC/SEESP,2007).

Faz-se necessário, ainda, esclarecer quem são os alunos que têm direito ao AEE, segundo a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP,2007);

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às

necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos (POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, MEC/SEESP, 2007).

O AEE, segundo a referida Política deve ser oferecido preferencialmente na rede regular; não substitui o ensino comum e nem se confunde com projetos escolares voltados para as tarefas e reforço escolares ou correlatos. Ele deve ser complementar ou suplementar ao ensino regular, permeado pelos recursos e serviços e apoio de acessibilidade às especificidades de cada deficiência.

Complementando, é importante ressaltar que a função do AEE é:

identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, MEC/SEESP, 2007).

Há, portanto, que se concordar com a autora:

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um (MANTOAN, 2003).

Saber trabalhar com as diferenças, respeitando ritmos, faixas etárias e possibilidades individuais, faz a diferença:

Em minha escola (x), recebo todo apoio necessário para um bom desenvolvimento aos (18), dezoito alunos que compõem a sala do A.E.E., onde atendo alunos de 2 escolas-X e Y. Venho realizando um trabalho diversificado já que atendo várias faixas etárias e dificuldades e deficiências diversas, como por exemplo, alunos com autismo (SUJEITO D)

Há que se condizer com Mantoan e com o sujeito D, uma vez que o respeito à individualidade, às diferenças, aos ritmos de aprendizagem, é fundamental.

Ferreira (2003), também contribui para a compreensão da escola para todos.

“A educação de qualidade para TODOS” é um novo paradigma, de pensamento e de ação, no sentido de ter como “ideal” uma sociedade na qual a diversidade seja mais norma do que exceção. O desafio é estender essa proposta a um número cada vez maior de crianças, escolas e comunidades, com o principal propósito de facilitar e contribuir para a aprendizagem de TODOS. Quando as escolas não excluírem mais ninguém, independentemente de suas condições físicas, psíquicas, econômicas e outras, a diversidade será respeitada e promovida como um valor na sociedade, com resultados visíveis de solidariedade e de cooperação [...]. (FERREIRA, 2003, p. 44- 45).

Para que a escola deixe de excluir os alunos e grupos que não se encaixam nos padrões normativos dela, é preciso que a mesma seja refletida sob o enfoque

de mudanças internas e externas, que recai também numa reflexão sobre como o professor está sendo formado.

Nós já tínhamos alunos matriculados com déficit cognitivo (DI) tendo a sala de Atendimento Educacional Especializado como apoio. Recebemos alunos com deficiências múltiplas, Mariazinha, com Transtorno Global do Desenvolvimento-deficiências múltiplas e Joãozinho com autismo na Educação Infantil, entre outros. Quando recebemos o nosso primeiro aluno com autismo com 14 anos, pensávamos que ele deveria ser matriculado no 2º ano, mas a supervisora Rosinha nos explicou que como ele nunca havia freqüentado o ensino regular ele deveria ser matriculado no 1º ano. Meu Deus, que susto, pois os alunos do primeiro ano quase na sua maioria tinham seis anos. Como seria isso? Como colocar tudo em pratica? Eu só conhecia a teoria. Inicialmente tanto o Joãozinho quanto os colegas, estavam estranhando a situação. O Joãozinho balbuciou o tempo todo, cheirava a cabeça das crianças (o Paulinho se assustou chegando a ficar debaixo da cadeira) batia os braços enquanto os alunos percebiam tudo e não entediavam nada. A professora com muito carinho começou a ler para os alunos historias sobre as diferenças das pessoas, sobre o respeito a essas diferenças e conversar da importância deles aceitarem o diferente. Hoje crescemos muito em conhecimento e aprendizagem, não nos assusta mais receber qualquer aluno com deficiência. A Mariazinha com tantos tropeço e barreiras é hoje outra criança e já cursa o 3º ano e realiza muitas atividades com a ajuda de uma estagiária-cuidadora. Penso que grande parte desse crescimento se deve a formação contínua em serviço (HFCS) do nosso professor do AEE e Coordenadores junto a Supervisora responsável pela pasta da Educação especial e de demais especialistas e agentes da inclusão. (SUJEITO H)

Mediante relato do Sujeito H, pode-se perceber que a escola está evoluindo consideravelmente e compreende que mesmo meio a muitos obstáculos e desafios, é necessário matricular todos os alunos, independentemente de sua condição ou estado e cabe, a ela adequar-se atendendo a legislação vigente.

Ao professor do AEE, conforme, legislação e teorias vigentes, é esperado, entre outras tarefas, a de garantir a acessibilidade para os alunos com deficiência (s), por meio de serviços, apoio e recursos para que estes possam desenvolver competência, habilidades, posturas e atitudes que revelem sua autonomia e independência dentro e fora do ambiente escolar. Não parece tarefa muito simples formar professores para atender satisfatoriamente tais demandas, porém não é impossível. A Rede Municipal de Andradina tem perseguido determinadamente alcançar a formação para atender a todos os alunos.

sinto em constante aprendizagem, pois acolhemos várias deficiências. O trabalho é voltado na ludicidade e diversificado proporcionando meios e serviços para que o aluno possa desenvolver habilidades e utilizar instrumentos de apoio que facilitem o aprendizado na aula regular. Contamos, também, com os estagiários que muito nos auxiliam para trabalhar com alguns alunos com deficiência(s) (SUJEITO A)

Faz-se relevante acatar o relato do Sujeito A e compreender que querer aprender para atender como se pede, significa reunir os mais variados recursos, serviços e instrumentos didáticos- pedagógicos de acessibilidade para todos em todos os espaços escolares.

Pode-se contar com Santos (2010), para melhor compreender, nesta pesquisa, a necessidade das mudanças na escola;

Cada escola, ao abraçar esse trabalho, terá de encontrar soluções próprias para os seus problemas. As mudanças necessárias não acontecem por acaso e nem por Decreto, mas fazem parte da vontade política do coletivo da escola, explicitadas no seu Projeto Político Pedagógico - PPP e vividas a partir de uma gestão escolar democrática (SANTOS apud RAPOLI, p.11 e 14, 2010)

Continua a pesquisadora: “o salto da escola dos diferentes para a escola das diferenças demanda conhecimento, determinação, decisão” (SANTOS apud RAPOLI, p.11 e 14, 2010).

Fonseca (1995) ressalta que “o ser humano pode modificar-se por efeitos da educação e, ao mudar sua estrutura de informação, formação e transformação, pode adquirir novas possibilidades e novas capacidades” (FONSECA apud FERREIRA, 2003, p. 43). Nesse sentido, é imprescindível fazer valer esses direitos para todas as pessoas.

Tenho 10 alunos com D.I, trabalho com horários estipulados durante a semana. Com cada criança, tenho uma atividade diversificada, todos gostam da sala do A.E.E. Procuo deixar a sala com ambiente alegre e bem decorada. Estou sempre procurando aprender cada vez mais sobre a inclusão e sempre conto com ajuda dos professores da minha escola, onde não me sinto sozinha nesse trabalho. A cada dia que passa, eles adquiriram uma grande confiança em mim, desabafando sobre suas vidas e relatando assuntos surpreendentes. (SUJEITO C)

Pelo relato do Sujeito (C), percebe-se, que o determinismo e a decisão, bem como a busca contínua estão sempre presentes. Estes tributos, também são princípios da Inclusão Escolar, em especial do AEE .

A mudança requer outra formação docente, aquela em que valoriza todas as pessoas, considerando possibilidades únicas. Precisa mudar a cultura que se vive na escola, as formas e os processos de conhecer, aprender, ensinar, avaliar, investigar e de formar.

A aluna Laurinha , quando ingressou aqui na escola apresentou muita resistência e dificuldades de adaptação escolar devido a sua deficiência visual pois era vidente, tendo visão normal, com a perda da visão um novo mundo não visual se descortinou e Laurinha e ela foi pouco a pouco reaprendendo ler , escrever e encontrar a melhor forma de aprender e de ver sem contemplar o mundo das formas e das cores , mas ver com o coração, acessibilidade, o pensamento a audição e o tato. Uma grande surpresa agradável tomou conta de todos , quando a encaminhamos para um especialista da cidade de São Paulo e foi descoberto que ela não estava cega e que enxergava um pouco. Percebemos o quanto, hoje, a Laurinha aprendeu e continua aprendendo. Não desisto de nenhum aluno e jamais dela. Estou sempre pesquisando, além de toda formação que tenho pela Secretaria Municipal de Educação. (SUJEITO G)

Nota-se pelo relato acima, que quando o professor é sensível e tem alma de pesquisador, a inclusão é possível, até mesmo quando o aluno não se aceita com a deficiência e é resistente em aceitar a escola.

É fundamental que se entenda com Ferreira (2003) que “para considerar uma proposta de escola inclusiva, é preciso pensar como os professores devem ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa” (FERREIRA, 2003, p. 118).

Para o Sujeito (E):

A inclusão é o caminho, a oportunidade para que todos nós aprendamos a conviver e a respeitar as diferenças do outro. As dúvidas iniciais foram : será que vou conseguir como ajudá-lo, intrigá-lo, conviver com os colegas ,escola .Está sendo desafiante,uma experiência muito rica ,quando você vê que seu trabalho está dando certo ,uma sementinha que você vai regando a cada dia é maravilhoso. Incluir é mais que inserir, é interagir é contribuir

Merece destaque especial a frase acima “Incluir é mais que inserir, é interagir é contribuir”.Suponha -se que este sujeito já tenha uma concepção mais clara do que seja incluir.

Segundo Santos (2010), para atuar no AEE, a formação de professores do AEE consiste em um dos objetivos do Projeto Político Pedagógico-PPP.

os professores devem ter formação específica para este exercício, que atenda aos objetivos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Nos cursos de formação continuada, de aperfeiçoamento ou de especialização, indicados para essa formação, os professores atualizarão e ampliarão seus conhecimentos em conteúdos específicos do AEE, para melhor atender a seus alunos (SANTOS pud RAPOLI, p.11 e 14, 2010).

Pode-se entender pelo relato do Sujeito (F), que se faz necessário ter a consciência de que a inclusão escolar não irá ocorrer de uma hora para a outra e que com passos muitos lentos, com muitos erros que poderão servir de ponte para o sucesso do aluno, a médio e longo tempo; é preciso aprender sempre.

temos que ter em mente que é um caminhar de formiguinhas muito lento,mesmo com as dificuldades de cada um, ainda iremos errar muito com essas crianças,mas é errando que iremos aprender muito e assim um dia poder assistir de longe o sucesso de nossos alunos lá fora.Eu como professora do A.E.E ,vejo a escola como espaço de todos,no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades,expressam suas idéias livremente e se desenvolvem como cidadãos,nas suas diferenças. Como tudo é novo para todos, me vejo em um contínuo aprendizado (SUJEITO F)

À gestão escolar compete implantar e implementar ações que garantam a formação das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, nas unidades de ensino. Ela pode acontecer por meio de palestras informativas e formações em nível de aperfeiçoamento, inclusive pela formação contínua em serviço (HFCS), como já está sendo feito pela Secretaria Municipal de Educação de Andradina e por meio da especialização para os professores que atuam ou atuarão no AEE, como prevê a Política Nacional da Educação Especial (2008).

É necessário ressaltar, ainda, que o professor do AEE deve ser formado para trabalhar sempre em equipe com o professor da sala regular, família, comunidade e demais pessoas envolvidas na educação, inclusive os especialistas do campo da saúde e de demais campos. Desta forma, os Sujeitos (B) e (H), contribuem para melhor compreender a importância desse trabalho em equipe e parceria:

O meu trabalho no A.E.E. é gratificante, pois vejo o envolvimento das crianças nas atividades. O intercâmbio com os outros professores faz com que eu esteja sempre adaptando atividades necessárias. As professoras da sala regular estão sempre

questionando sobre atividades, pois existe progressos de seus alunos”.(SUJEITO B)

Uma aluna como a Mariazinha, que se exige cuidados específicos, deverá ter um especialista dentro da Unidade Escolar para atendê-la, quando fosse necessário, mesmo que ela esteja evoluindo bem. Talvez isso demore a acontecer, mas algo que precisa ser pensado (e concretizado) já que a inclusão é uma realidade que agora faz parte do universo escolar (SUJEITO H)

Continuando o Sujeito (H) , enaltece esse trabalho, quando coopera :

No início, chamava-me atenção o Joãozinho participar da rotina escolar, querer fazer as atividades. Essa experiência até o dia de hoje, nos ensinou muita coisa, mas um dos maiores constatações é que a inclusão é uma realidade e hoje estamos tendo novas e ótimas experiências com os novos alunos...Difícil, mas uma realidade possível. O trabalho de equipe que acontece em nossa escola faz toda a diferença (SUJEITO H)

Buscando, portanto, atender a toda legislação vigente, necessidades e reivindicações dos sujeitos da pesquisa e dos demais atores da escola, é que a Secretaria da Educação Municipal de Andradina tem planejado suas ações no que tange a formação continua em serviço (HFCS) ou em outros horários para os professores do AEE e equipe gestora. Pensa-se , também, em aplicar algumas medidas pautadas pelo trabalho colaborativo, conforme nos propõe estudos e pesquisas mais recentes.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Secretaria Municipal de Educação de Andradina é composta de sete Polos de ensino, no total de aproximadamente 4200 alunos, distribuídos nos níveis da Educação Infantil- CEI's, EMEI's, EMEF's e na modalidades EJA. Possui uma Escola de Tempo integral e uma voltada para o Programa Mais educação com previsão para mais uma no próximo ano (2015. Atende uma demanda de aproximadamente 100 alunos com deficiência (s), sendo 18 da Educação Infantil, a maioria com laudos de deficiência intelectual, onde 50 destes freqüentam regularmente o AEE na escola regular e 30 na APAE, conforme deficiência (s) apresentada (s). Conta com seis salas do AEE, que funcionam nas escolas sede, somente uma escola-polo ainda não possui a sala do AEE, devido falta de espaço físico, mas com sala prevista para o ano de 2015. Os quatro professores do AEE foram submetidos a um processo seletivo para ingressar na rede, conforme edital do ano de 2013. As salas se encontram em processo de adequação e manutenção contínua e são equipadas com muitos materiais condizentes para o aluno com deficiência (s) , bem como, com algumas tecnologias assistivas, disponíveis. Os alunos que possuem deficiência(s) que necessitam de apoio , serviços e outros , contam, também com um estagiário auxiliar de vários Cursos de graduação (Pedagogia, Psicologia, Enfermagem, Fisioterapia e outros) e são colocados conforme as necessidades dos alunos com deficiência. O estagiário auxiliar é contratado pela Prefeitura Municipal/ Secretaria da Educação.A Educação Municipal. A Secretaria

Municipal de Ensino , conta, ainda, com o CAEE – Centro de Atendimento Educacional Especializado –, 2 psicólogas e uma fonoaudióloga que atende prioritariamente os alunos com deficiência (s). Tem-se pleiteado a contratação de 1 terapeuta ocupacional e 2 psicopedagogas para os próximos meses. Todos os alunos com deficiência contam com o estagiário auxiliar, quando houver precisão. Quando necessário, os alunos com deficiência são atendidos pela Secretaria da Saúde com os diversos especialistas- psiquiatra, neurologista e outros. Os professores do AEE sempre que possível entram em contato com os professores das classes comuns e com as famílias ou responsáveis dos alunos com deficiências para que o trabalho no AEE seja de eficiência e eficácia para todos.

3.1 Sobre a Pesquisa

O estudo que aqui se apresenta, identifica-se com os princípios da pesquisa qualitativa, pelo viés das pesquisas bibliográficas e de campo, que prima pela qualidade e fidedignidade dos resultados. Segundo Chizzotti, “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (CHIZZOTTI, 1995, p.79).

Tem como sujeitos os professores do AEE de seis Pólos de Ensino da Rede Municipal de Andradina e quatro professoras Coordenadoras dos Polos que apresentam os casos mais profundos de alunos com deficiência(s). Os sujeitos da pesquisa foram selecionados de forma proposital, uma vez que são eles que necessitam ser formados para o AEE, a priori; porém os demais coordenadores e agentes da educação, também, recebem formação.

A formação dos professores e dos coordenadores acontece pela observação e intervenção durante os encontros de formação contínua em serviço (HFCS) na maioria das vezes, proporcionados pelo Supervisor de Ensino responsável pela pasta da Educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, no ambiente presencial, e também, nas visitas sistemáticas realizadas pelo mesmo supervisor “*in loco*” para supervisão e acompanhamento do AEE, segundo a Resolução da SME nº 85/2010.

Utiliza para a coleta de dados, diversos instrumentos: pesquisa bibliográfica, roda de conversas, relatos de experiências, palestras, oficinas, estudos de caso (s), amostragem de materiais como por exemplo os portfólios, cadernos de registros dos professores e de outros, sugestões propostas pelo grupo, conversas com as crianças, professores da sala regular, professores do AEE, equipe gestora, funcionários, professores de apoio, pais e comunidade escolar em geral e intervenções quando se fizerem necessárias.

3.2 Análises dos Dados

Este trabalho, em especial, conta com alguns relatos escritos pelos sujeitos que atuam com a inclusão escolar, no AEE. Os Sujeitos têm, aqui, os seus nomes resguardados e são representados pelas nomenclaturas: SUJEITO A, SUJEITO B, SUJEITO C, SUJEITO D, SUJEITO E, SUJEITO F, SUJEITO G E SUJEITO H. Os nomes das Escolas e dos alunos, também são fictícios.

Optou-se pela realização de relatos por escrito. Contou-se com a participação e contribuição dos Sujeitos (A,B,C,D,E,F,G e H) que foram questionados a partir da questão: “O que significa para vocês o trabalho com a inclusão escolar, em especial com o AEE”? O questionamento fora feito aos sujeitos em uma das últimas visitas, pelo Supervisor de Ensino responsável pela pasta da Educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na S.M.E , nas escolas, quando também fora solicitado que a resposta fosse em forma de relato por escrito. Após uma semana, todos os relatos, já se encontravam com o pesquisador, para análise categorial. Os relatos foram transcritos na íntegra e apresentados de forma articulada com as discussões resultantes da pesquisa teórica, de acordo com as categorias de sentido que mais se aproximavam do conteúdo apresentado.

É notório pelos relatos, que não há como deveria ter uma parceria mais efetiva e contínua com os professores das salas comuns e com os familiares e responsáveis pelos alunos com deficiência. Pensa-se para os próximos meses outros meios e projetos para fortalecer estas parcerias.

4 | RESULTADOS

Mesmo que parciais e incipientes, apontam para desafios a serem superados por meio de problemas de várias ordens oriundas do espaço escolar e de fora dele, porém, apontam muito mais para experiências de sucesso que se voltam para mudanças significativas, mesmo que gradativas, no processo de inclusão escolar. Os mesmos, em parte, confirmam a relevância de se pensar a formação do professor sob a égide da legislação e das teorias aqui trazidas. Conforme relatos acima e de demais resultados obtidos pela coleta dos instrumentos supracitados, alguns avanços já se tem alcançado, por meio da formação contínua, no que diz respeito à inclusão escolar e mais especificamente ao AEE.

5 | CONCLUSÕES

Mesmo com resultados bastante otimistas e significativos, fica claro, que a busca pelo conhecimento teórico/prático, deve ser uma constante na formação contínua dos

professores e gestores para a atuação no AEE. O que se propunha é a continuidade da formação dos professores do AEE, mas que esta seja, também, estendida aos demais profissionais da educação, por meio dos instrumentos aqui trazidos e de outros, para que todos possam abraçar com propriedade a causa pela Inclusão Escolar.

É importante ressaltar que o trabalho do professor do AEE deverá contar, sempre, com a parceria de todos os envolvidos direta ou indiretamente na educação do aluno, viabilizada, inclusive pela intersectorialidade de um trabalho em equipe que resguarda a especificidade de cada setor e segmento. Sem dúvida o apoio técnico, financeiro do governo em todas as esferas – Federal Estadual e Municipal - é imprescindível.

São muitas as barreiras a serem superadas para que a Inclusão Escolar aconteça no cotidiano das salas de aula e também fora dela. Porém, é preciso ousar e acreditar para poder superá-las a partir da formação contínua do professor. Os desafios estão postos, cabe a todos, superá-los.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, São Paulo: Editora Saraiva 1988.

BRASIL. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, 1990.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. ECA. Lei nº 8069/90, 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca**, Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Alterada pela Lei nº 12.796/ 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: revista da educação especial, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

CHIZZOTTI, A. **Projeto de Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995. FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MANTOAN, M. T. É. **Inclusão Escolar**: O que é, Por que é? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003 (Coleção: Cotidiano Escolar).

MEC/SEESP Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva- Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Decreto No 6.571, de 17 de setembro de 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm>. Acesso em: 13 de Outubro de 2011.

PIMENTA. S. G.; GHEDIN. E. (Org). **Professor Reflexivo no Brasil**: Gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar** : a escola comum inclusiva /Edilene Aparecida Ropoli ... [et.al.]. - Brasília :Ministério da Educação, Secretaria de EducaçãoEspecial ; [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará, 2010.v. 1. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

PARECER **CNE/CEB nº 13/2009**, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 24 de setembro de 2009.

RESOLUÇÃO SME nº. 85/2010. Dispõe sobre a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais e institui as diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na educação básica da rede pública municipal de Andradina, na modalidade Educação Especial.

SOUZA, I.L.G. **A Formação do professor numa Prespectiva Lúdico-inclusiva**: Uma Realidade Possível? DISSERTAÇÃO (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de são Paulo- UNESP- Presidente Prudente-S.P - -2007

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948**. disponível em www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/htm. Acesso em 14 Outubro de 2011.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-431-3

